

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 4 – Gestão da Informação e do conhecimento

GESTÃO DOS REGISTROS DE CONHECIMENTO TRADICIONAL E CIENTÍFICO NO NÚCLEO
TAKINAHAKY DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

*TRADITIONAL AND SCIENTIFIC KNOWLEDGE MANAGEMENT AT THE TAKINAHAKY CENTER /
FEDERAL UNIVERSITY OF GOIÁS*

Geisa Müller de Campos Ribeiro – Universidade Federal de Goiás (UFG)
Maria das Graças Monteiro Castro – Universidade Federal de Goiás (UFG)
Laura Vilela Rodrigues Rezende – Universidade Federal de Goiás (UFG)
Cassia Oliveira – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: este trabalho é resultado de estudos iniciais de um projeto de pesquisa em torno da gestão dos registros de conhecimento tradicional e científico dos estudantes indígenas do curso de graduação licenciatura em Educação Intercultural do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Goiás. Consiste em relacionar recortes de discursos indígenas aos princípios CARE e sua aplicação no contexto acadêmico para o processo de registro do conhecimento. Estes discursos delineiam pilares conceituais e operacionais dos princípios para o projeto e fornecem a base concreta e situada para compreender como os princípios se manifestam a partir das vozes e experiências dos próprios povos indígenas nas suas vivências. É um estudo de abordagem qualitativa e quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratório. A coleta de dados para o delineamento inicial foi realizada por meio de pesquisa documental a partir de alguns discursos obtidos durante a investigação de campo da tese de doutorado de uma das pesquisadoras do grupo. Os discursos foram extraídos e categorizados a partir dos princípios CARE, considerando o conteúdo e contexto das falas, evidenciando como cada uma delas expressa valores e demandas que precisam ser legitimadas pelas instituições científicas. A pesquisa revela, a partir do próprio discurso indígena, as demandas éticas, epistêmicas e políticas em torno do uso de seus dados e saberes reforçando a urgência na aplicação de princípios e práticas éticas e responsáveis no campo da Ciência Aberta.

Palavras-chave: princípios CARE; povos indígenas; ciência aberta.

Abstract: this work is the result of the initial studies of a research project on the management of the records of traditional and scientific knowledge of indigenous students on the degree course in Intercultural Education at the Takinahakỹ Center for Indigenous Higher Education at the Federal University of Goiás. It consists of relating clippings of indigenous discourses to the CARE principles and their application in the academic context for the process of recording knowledge. These discourses outline the conceptual and operational pillars of the principles for the project and provide the concrete and situated basis for understanding how the principles manifest themselves from the voices and experiences of the indigenous peoples themselves in their lives. This is a qualitative and exploratory study. Data collection was carried out through documentary research based on some of the speeches obtained during field research for the doctoral thesis of one of the group's researchers. The speeches were extracted and categorized based on the CARE principles, considering the content and context of

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

the speeches, highlighting how each one expresses values and demands that need to be legitimized by scientific institutions. The research reveals, from the indigenous discourse itself, the ethical, epistemic and political demands surrounding the use of their data and knowledge, reinforcing the urgency of applying ethical principles and practices.

Keywords: CARE principles; indigenous peoples; open science.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de estudos iniciais de um projeto de pesquisa em torno da gestão dos registros de conhecimento tradicional e científico dos estudantes indígenas do curso de graduação licenciatura em Educação Intercultural do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Goiás (UFG), que tem por objetivo: aprimorar a capacidade dos estudantes indígenas em gerir eficazmente e salvaguardar os registros de conhecimentos tradicionais e científicos por eles gerados durante a atuação no curso de graduação. Especificamente, busca-se para esta finalidade: propor estratégias que favoreçam os estudantes indígenas a conceber de maneira integrada protocolos para a gestão de seus dados e informações orientadas pelos princípios *CARE*; possibilitar o uso de tecnologias inovadoras relativas ao compartilhamento de dados e rastreabilidade no âmbito do Repositório de Dados de Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (UFG); construir uma modelagem conceitual e implementação tecnológica da coleção de registros gerados no âmbito do Núcleo Takinahakỹ da UFG considerando os princípios *FAIR* e requisitos de replicabilidade.

No contexto do curso de licenciatura em Educação Intercultural da UFG, as pesquisas desenvolvidas pelos indígenas se iniciam na matriz de formação básica (princípios pedagógicos e transdisciplinares da educação intercultural) e continuam nas matrizes específicas (Ciências da Natureza e Matemática, Ciências da Cultura e Ciências da Linguagem). Têm por propósito subsidiar o diálogo entre os conhecimentos específicos produzidos pelos povos indígenas e os ditos científicos ou universais, favorecendo, assim, a realização, na prática, da transdisciplinaridade e da interculturalidade. Essa prática científica favorece ainda a sustentação às políticas linguísticas, à luta pela cidadania, à participação política nos diversos contextos interculturais, à produção de material didático e à construção de projetos pedagógicos e da gestão escolar, além de também estimular o ingresso de intelectuais indígenas no cenário científico. Os eixos temáticos do curso são orientados por cinco linhas de pesquisa, a saber: Educação Indígena e Educação Escolar; Meio Ambiente e Autossustentação;

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Políticas Linguísticas e Ensino Bilíngue; Arte, Tradição e Mercado; Políticas Indigenistas, Interculturalidade e Movimentos Indígenas.

Ao final do curso, cada professor indígena, baseado na sua pesquisa e na área que escolheu para se especializar, apresenta um projeto alternativo de melhoria de vida para sua comunidade. Não se trata de uma monografia, mas de um projeto de extensão que visa um ensino de qualidade nas escolas indígenas, vinculado aos projetos das comunidades em que se inserem.

Apresentado o contexto do presente estudo, é importante destacar que a gestão do registro de conhecimento tradicional e científico gerado pelos estudantes indígenas, deverá ser definida pelos termos acordados entre as partes interessadas (pesquisadores/estudantes, instituições científicas, governo, equipe do projeto), alinhando o entendimento sobre as decisões a serem tomadas e *modus operandi* de todo o processo de registro do conhecimento possível de ser implementado por meio do presente projeto. Estes termos de acordo entre as partes, também denominados protocolos, devem prever: condições previamente estabelecidas para a manipulação das informações/materiais durante o projeto; abordagem de gestão de dados adequada; estruturas locais de governança para suporte ao projeto; consensos na implementação do projeto; Termos de Consentimento previamente estabelecidos e esclarecido provenientes dos PCTs considerando o contexto e auto denominação; questões de gênero em prioridade para necessidades e oportunidades para as mulheres.

Ao abordar o conhecimento tradicional indígena, é essencial considerar a recuperação, preservação e valorização da tradição oral dos povos originários. Essa abordagem deve estar fundamentada na proteção dos direitos de propriedade intelectual indígena, incluindo questões relacionadas aos direitos autorais, de imagem e ao patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, como, por exemplo, os grafismos.

Nesse sentido, iniciamos o projeto buscando recuperar, representar e descrever a diversidade cultural e linguística, garantindo a preservação e acesso do conhecimento tradicional de distintas etnias para em seguida desenvolver uma modelagem conceitual que seja capaz de descrever e registrar esse conhecimento considerando os princípios *CARE*, *FAIR* e requisitos de replicabilidade a partir de tecnologias inovadoras relativas ao compartilhamento de dados e rastreabilidade no âmbito do Repositório de dados de Pesquisa da UFG.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

A partir do contexto exposto, este estudo apresenta uma investigação preliminar que faz parte da etapa inicial do projeto de pesquisa apresentado, que consiste em relacionar recortes de discursos indígenas aos princípios CARE e sua aplicação no contexto acadêmico descrito. Estes discursos não são apenas ilustrações, mas delineiam pilares conceituais e operacionais dos princípios para o projeto de pesquisa e reforçam a demanda de contextualização epistêmica e cultural, ou seja, fornecem a base concreta e situada para compreender como os princípios se manifestam a partir das vozes e experiências dos próprios povos indígenas nas suas vivências; demonstra legitimação e as demandas por autonomia e reconhecimento a partir de reivindicações éticas que nasceram em demandas políticas, históricas e epistemológicas legítimas.

Nesse sentido, este estudo contribui para a gestão do conhecimento ao investigar como os discursos indígenas podem orientar a implementação dos princípios CARE no registro de conhecimentos tradicionais, promovendo a preservação, organização e uso ético dessas informações em repositórios digitais, ou seja, irá orientar formas concretas de implementação no processo de registro do conhecimento, principalmente na construção da modelagem conceitual e implementação tecnológica da coleção de registros gerados no âmbito do Núcleo Takinahakỹ da Universidade Federal de Goiás.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Teoricamente, reafirmamos o conhecimento como insumo para o desenvolvimento da ciência, da gestão e da tecnologia a partir de estudos dos processos de produção, análise e comunicação da informação. Nesse sentido, buscaremos fundamentar esse estudo a partir dos princípios da Ciência Aberta e Colaborativa (*Open and Collaborative Science / OCS*) ao buscar promover a gestão integrada do conhecimento tradicional e científico gerado pelos povos indígenas. Tal empreitada buscará identificar e acessar saberes interdisciplinares reunidos em publicações que registram a ancestral oralidade e linguística dos povos indígenas e construir um sistema de organização do conhecimento a partir de uma modelagem conceitual e implementação tecnológica da coleção de registros gerados por diferentes etnias.

Tomamos como ponto de partida o documento *Monitoramento do uso dos Conhecimentos Tradicionais: como o Brasil pode avançar nessa agenda?* como pressuposto para definir o conhecimento tradicional como sendo:

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB

Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Informações e práticas inseridas na cultura, nos modos de vida e na intimidade de povos e comunidades tradicionais (PCTs), construídos, transmitidos e preservados coletivamente, possuindo estreita relação com o território e com a natureza, constituindo-se, portanto, como patrimônio cultural imaterial de valor imensurável para a conservação da biodiversidade (Instituto Escolhas, 2023, p. 6).

Nesse sentido, torna-se indispensável, esclarecer a importância da preservação do conhecimento tradicional tomando como referência a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas em seu artigo 16º que diz:

1. Os povos indígenas têm o direito de estabelecer seus próprios meios de informação, em seus próprios idiomas, e de ter acesso a todos os demais meios de informação não-indígenas, sem qualquer discriminação.
2. Os Estados adotarão medidas eficazes para assegurar que os meios de informação públicos reflitam adequadamente a diversidade cultural indígena. Os Estados, sem prejuízo da obrigação de assegurar plenamente a liberdade de expressão, deverão incentivar os meios de comunicação privados a refletirem adequadamente a diversidade cultural indígena (ONU, 2008, p. 11).

E ainda, para manter a diversidade cultural indígena presente no conhecimento tradicional a ser registrado em qualquer suporte informacional, é fundamental que esse registro seja publicizado conforme decisões e condições definidas pelos povos detentores do direito autoral. Nessa perspectiva, a declaração é explícita, em seu artigo 31º, quanto a condições:

1. Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais e as manifestações de suas ciências, tecnologias e culturas, compreendidos os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e da flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas. Também têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver sua propriedade intelectual sobre o mencionado patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais e suas expressões culturais tradicionais.
2. Em conjunto com os povos indígenas, os Estados adotarão medidas eficazes para reconhecer e proteger o exercício desses direitos (ONU, 2008, p. 16)

Os Princípios *CARE* devem estar presentes em todo o ciclo de vida dos dados/informações que representam o conhecimento, desde a modelagem conceitual, passando pela coleta até a curadoria e acesso conforme as possibilidades de serem aplicados/utilizados. Espera-se, portanto, que o processo de implementação dos princípios *CARE*, possibilite o desenvolvimento de critérios para definição de metadados culturais, de biodiversidade, de proveniência, governança indígena, ética indígena, transparência, integridade e equidade.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Finalmente, os princípios *FAIR* também servirão como embasamento uma vez que fornecem diretrizes para melhorar a localização, acessibilidade, interoperabilidade e reutilização de ativos digitais. Esses princípios enfatizam a capacidade dos sistemas computacionais de encontrar, acessar, interoperar e reutilizar dados sem nenhuma ou mínima intervenção humana, considerando que cada vez mais dependemos do suporte computacional para lidar com dados digitais como resultado do aumento no volume, complexidade e velocidade de criação de dados (GO FAIR, 2023).

Reafirmamos, ainda que, os princípios norteadores de uma pesquisa envolvendo comunidades indígenas e que buscam “extrair” e registrar os “modos de conhecer” que por eles é criado e produzido, não podem negar a existência de sua cultura. Afinal, a coleta, classificação e registro de diversas formas de conhecimento a respeito de povos indígenas não devem colonizá-los novamente.

Assim sendo, como bem afirma Smith (2018, p.12):

É extremamente difícil discutir metodologia de pesquisa e povos indígenas de maneira simultânea, sem que se faça uma análise do imperialismo, sem compreender as complexas maneiras pelas quais a busca do conhecimento está profundamente incrustada nas múltiplas camadas do imperialismo e das práticas coloniais.

Para Smith (2018, p. 42) é necessário descolonizar metodologias de pesquisa acadêmicas, desconstruir a colonialidade do conhecimento ocidental e fortalecer modos originários de envolvimento dos povos indígenas, reconhecendo que desenvolveram suas próprias formas de existência e resistência, criando outras formas de visão do mundo, também por meio de pesquisas. São indígenas pesquisadores que, ainda que pouco representativos, estão presentes na graduação e nos programas de pós-graduação brasileiros que buscam produzir conhecimentos e metodologias próprias nas pesquisas realizadas. Nessa perspectiva afirma: “De objetos de pesquisa, passamos a ser pesquisadores” - frase de Smith que também ecoa entre pesquisadores indígenas brasileiros, os quais se somam a autora para dizer: “queremos contar a nossa própria história, escrever as nossas próprias versões, a nossa maneira, para os nossos próprios fins”.

Para que possamos adotar posturas que afirmam a autoria indígena nos espaços acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão por eles vivenciados torna-se de fundamental importância que os próprios povos elejam as prioridades e formas de registro do conhecimento.

3 METODOLOGIA

Este estudo é de abordagem qualitativa e quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratório. A coleta de dados para o delineamento inicial foi realizada por meio de consulta bibliográfica e documental a partir de alguns discursos da tese de doutorado (Ribeiro, 2023) de uma das pesquisadoras do grupo que tinha como objetivo discutir o conceito e os alicerces da Ciência Cidadã observados na relação de produção partilhada do conhecimento entre academia e a comunidade indígena Bororo. Os discursos foram extraídos da tese para serem utilizados no estudo aqui apresentado e representam os seguintes temas: Categoria 1 – ciência cidadã e cidadania: O que é cidadania; O que é reciprocidade; A universidade dentro da aldeia; Museu e a comunidade. Categoria 2 – Participação/ engajamento: O que vocês entregam na relação de partilha com o projeto Bakarú; O que os pesquisadores entregam pra vocês; as dificuldades na relação com os pesquisadores(as); os limites éticos dessa relação entre culturas; cotidiano na cultura bororo. Categoria 3 – Valorização/reconhecimento/governança: Como querem ser reconhecidos pela academia; Direitos autorais, intelectuais e propriedade; Autenticação do conhecimento; Devolução dos produtos de pesquisa.

Os discursos foram categorizados a partir dos princípios *CARE*, considerando o conteúdo e contexto das falas, evidenciando como cada uma delas expressa valores e demandas.

3.1 Detalhamento e origem dos dados

O trabalho de pesquisa doutoral mencionado foi realizado nos anos de 2020 a 2023 na aldeia indígena Bororo de autodenominação Boe localizada em Meruri no município de General Carneiro no estado de Mato Grosso e teve como abordagem o uso de metodologias decoloniais, sendo que tanto a comunidade como o lugar acadêmico são sujeitos da partilha e não objeto. Para a coleta dos dados, foram realizadas longas conversas individuais e com o grupo, a partir da superação entre alguns limites do formato de pesquisa tradicional para deixar o grupo de partilha “falar sua própria história”. Ou seja, quem era falado, assume no processo, o discurso. Estas conversas apresentam-se como testemunho que considera uma pessoa como portadora da dimensão da sua coletividade (Visvanathan, 2004, p. 773). O discurso, não foi considerado como objeto apropriado, mas como ato de legitimação e que carrega a ancestralidade consigo. Nesse sentido, a pesquisadora se submeteu à lógica social

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

de onde os dados surgiram, para então não construir um discurso **sobre** o outro, mas elaborar o discurso **com** outro.

A pesquisa doutoral compreende que projetos de metodologias decoloniais não apagam ou invisibilizam aqueles que falam. Nesse sentido, apresentam-se os seguintes participantes:

Quadro 1 - Participantes da Pesquisa

Nome	Nome
Adriano Boro Makuda	Lauro Pariko Ekureu
Paulinho Ecerae Kadojeba	Mariel Kujiboekureu
Adelina Ikuietaga	José Mário Kuarubo
Idelfonso Boro Kuoda	Felix Rondon Adugoenawu (<i>in memorian</i>)
Denilson Tubareceba	Agostinho Eibajiwu
Leonida Akiri kurireudo	Cezar Aroe Etugo
Maria Auxiliadora	Gérson Enogureu (<i>in memorian</i>)

Fonte: Ribeiro (2023, p. 83)

Estas são as vozes locais que representam sua coletividade, já que no pensamento ameríndio o Ser é coletivo. Durante a apresentação dos testemunhos, estes serão apresentados com nome civil e Bororo, conforme apresentado no quadro acima. Esta pesquisa obteve parecer substanciado nº 4.876.670 do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás.

4 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

Os princípios *CARE* foram desenvolvidos para orientar a governança de dados indígenas, garantindo que as comunidades tenham autonomia sobre suas informações e que o conhecimento produzido sobre elas respeite seus valores e direitos. Os resultados e análises dos discursos indígenas selecionados foram categorizados conforme as tabelas que serão apresentadas, detalhando os princípios *CARE*, baseadas no estudo de Jennings *et al.* (2023). Com base em possíveis questões a serem levantadas pelos povos indígenas, para cada princípio são sugeridas ações a serem implementadas pela comunidade acadêmica e demais atores, além de quais seriam as principais responsabilidades e recomendações para aprimorar a governança de dados indígenas visando promover estruturas mais equitativas e justas que aprimorem a governança desses dados, baseadas nos princípios *CARE*.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Assim, buscou-se relacionar os discursos indígenas a cada um dos princípios e possibilidades de implementação de ações de gestão de dados.

4.1 Princípio CARE: Benefício Coletivo e discursos relacionados

Esse princípio enfatiza que os dados e conhecimentos indígenas devem gerar benefícios para as comunidades e não apenas para instituições externas. Isso inclui o fortalecimento cultural, o reconhecimento acadêmico dos saberes tradicionais e a valorização das lideranças comunitárias. Os discursos abaixo evidenciam a reivindicação dos povos indígenas para que os benefícios sejam coletivos:

“Todos eles (alunos do projeto Bakaru) tiram o ensino e o conhecimento de nós que estamos aqui. Somos nós anciãos, anciãs”. [...] “A base de formação dele não está lá (universidade), está aqui, é aqui que ele tira o conhecimento para devolver às gerações de forma mais concreta.” (José Mário Kuarubo).

“[...] Tendo outros materiais que fazem registro da nossa vida indígena é importante pra nós porque a gente passa a ter esse universo acadêmico dentro da nossa aldeia.” [...] “A Universidade aqui dentro veio valorizar essa grandeza do conhecimento Bororo.” [...] “A gente passa a perceber e enxergar o valor que isso representa para a continuidade das futuras gerações.” [...] “Hoje a gente procura mesclar o mundo acadêmico e o mundo Bororo, harmonizar as coisas para as coisas caminharem bem” (Idelfonso Boro Kuoda).

“[...] Os nossos anciãos estão disponibilizando esses saberes para nós, pesquisadores Bororo”. (Lauro Pariko Ekureu).

Observa-se que esses discursos destacam que a produção de conhecimento deve ser coletiva, garantindo que o saber acadêmico não seja extraído da comunidade sem retorno. É importante que o conhecimento gerado beneficie a própria comunidade, neste caso a dos Bororos e fortaleça a aldeia. Os anciãos, que antes eram apenas "informantes" dos pesquisadores externos, são reconhecidos como autoridades do conhecimento, garantindo que o benefício da pesquisa permaneça com os Bororo. Destaca-se também a necessidade de um intercâmbio onde o saber tradicional ganha reconhecimento institucional e retorna como fortalecimento cultural e educacional para os Bororo.

Quadro 2 - Princípios Care e possíveis ações a serem implementadas - Benefício coletivo

PRINCÍPIOS CARE	POSSÍVEIS QUESTÕES A SEREM LEVANTADAS PELOS POVOS INDÍGENAS	POSSÍVEIS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS PELA COMUNIDADE ACADÊMICA E DEMAIS ATORES (PESQUISADORES, INSTITUIÇÕES PARCEIRAS)
------------------------	--	--

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Benefício Coletivo	Pesquisas que beneficiem os povos indígenas	<ul style="list-style-type: none"> ● Explicar e demonstrar em linguagem acessível como a pesquisa e potenciais resultados seriam relevantes e de interesse dos povos indígenas (nível coletivo e individual); ● Instituir uma política de retorno de resultados. Sinalizar nos descritores: “contribuição para a comunidade de origem” - “Este material foi produzido com base em entrevistas com anciãos Bororo.” “Os resultados foram compartilhados em oficinas realizadas na aldeia Meruri em setembro de 2024 e permanecem acessíveis em formato impresso e oral para uso educativo local;” ● Pesquisas podem dar suporte às iniciativas comunitárias dos povos indígenas garantindo inclusive geração de investimentos nas comunidades; ● Priorizar visibilidade para dados de interesse comunitário: criar coleções temáticas ou seções específicas com dados úteis para a própria comunidade, como registros linguísticos, ambientais ou culturais.
	Dados baseados em valores comunitários dos povos indígenas	<ul style="list-style-type: none"> ● Auxiliar os povos indígenas no desenvolvimento de um sistema de classificação e análises de dados que reflita os seus valores, aspirações e necessidades; ● Incluir e valorizar pesquisadores, líderes ou outro(s) representantes dos povos indígenas na equipe de pesquisa;
	Dados para o desenvolvimento de auto-denominação dos povos indígenas	<ul style="list-style-type: none"> ● Uso de categorias que identificam os indivíduos indígenas na coleta e manipulação dos dados conforme suas próprias definições; Considerar desagregar dados que possam estar em grandes conjuntos (datasets) geoespaciais priorizando a relevância das comunidades locais; Ex: Utilizar etiquetas e rótulos TK (Traditional Knowledge labels) e os rótulos BC (Biocultural labels)¹, para indicar como os dados podem ser reutilizados respeitando os valores indígenas.
	Valorizar representantes locais (experts)	<ul style="list-style-type: none"> ● Durante o processo de pesquisa, envolver os representantes designados pelos povos indígenas incluindo participação na definição e desenvolvimento das ações de pesquisa, coleta de dados, escrita coletiva de artigos e/ou outras publicações incluindo o processo de revisão; ● Garantir a possibilidade de que os dados possam ser descritos em linguagem local, como indígenas, se for o caso.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

4.2 Princípio CARE: Autoridade para Controlar

Esse princípio reconhece que os povos indígenas devem ter o direito de controlar seus próprios dados e narrativas, decidindo como e por quem serão utilizados. Estabelece que as comunidades indígenas devem ter soberania sobre os dados e conhecimentos que dizem respeito a elas. Isso inclui decidir quem pode acessá-los, como podem ser utilizados e se

¹ Disponível em: <https://localcontexts.org/> Acesso em: 30 abr. 2025.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

podem ser divulgados. Abaixo apresentamos os discursos relacionados a este princípio que demanda autoridade sobre seu conhecimento:

“[...] A Universidade está nos dando essa oportunidade de nós mesmos falarmos de nós e não o outro”. “[...] Nós mesmos transmitimos aquilo que nós somos, não somos mais objetos de pesquisas do outro”. “[...] Quem quiser falar de nós tem de considerar que queremos ver vírgula por vírgula e saber que exigimos o nosso aval”. (Adriano Boro Makuda)

“[...] Já vieram muitos pesquisadores aqui e disseram que conhecem muito o povo Bororo e não é confiável”. “[...] Uma infinidade de imagens que foram e nunca voltaram, não voltam, somem” (Paulinho Ecerae Kadojeba)

“[...] O que dá raiva é ter de por aspas naquilo que eles escreveram sobre nós. Por mim eu não punha”. “[...] Têm várias pesquisas já realizadas sobre o povo Bororo que estão registradas na academia. Mas é um pessoal que veio aqui faz tempo, pesquisaram, e deram uma sumida” (Lauro Pariko Ekureu)

“[...] Eu acho que é importante esse material aqui conosco. Nós já temos aqui na aldeia o museu, a biblioteca”. “[...] Está dentro do contexto, ter a oportunidade de falar do nosso conhecimento, nossas práticas, nossa cultura”. “[...] O que a Universidade ganha com isso é a oportunidade de haver mudanças no olhar que a sociedade tem de nós”. (Idelfonso BoroKuoda)

Nos discursos fica evidente a reivindicação epistêmica. Grupos indígenas não querem ser apenas objetos de pesquisa, mas requerem o controle de sua narrativa. Isso reforça a necessidade de que produções científicas sobre povos indígenas sejam feitas com a participação e aprovação ativa da própria comunidade. A demanda pela criação de espaços próprios (museus, bibliotecas) e pela circulação desse conhecimento entre os Bororo reforça a necessidade de garantir o acesso da comunidade ao que foi produzido sobre sua cultura e história, pois segundo eles, o conhecimento acadêmico frequentemente é produzido na aldeia, mas não retorna para ela.

Quadro 3 - Princípios Care e possíveis ações a serem implementadas - Autoridade para controlar

PRINCÍPIOS CARE	POSSÍVEIS QUESTÕES A SEREM LEVANTADAS PELOS POVOS INDÍGENAS	POSSÍVEIS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS PELA COMUNIDADE ACADÊMICA E DEMAIS ATORES (PESQUISADORES, INSTITUIÇÕES PARCEIRAS)
	Reconhecer os direitos e interesses dos povos indígenas em seus conhecimentos e dados	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer princípios e protocolos institucionais para o desenvolvimento das pesquisas, gestão de dados e publicações científicas (artigos científicos, palestras, divulgações e conjuntos de dados) que possam dar suporte à soberania dos povos indígenas sobre seus dados; incluir campos de metadados disponíveis para tornar público os direitos e interesses dos povos indígenas sobre seus dados;
	Reconhecer os direitos dos povos indígenas para decidirem sobre o consentimento livre e informado de maneira	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o uso dos dados de maneira alinhada aos consentimentos manifestados pelos povos indígenas; Ex: Utilizar etiquetas e rótulos TK (Traditional Knowledge labels)

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Autoridade para controlar	antecipada;	e os rótulos BC (Biocultural labels) ² , para indicar como os dados podem ser reutilizados respeitando os valores indígenas. <ul style="list-style-type: none"> ● Garantir consentimentos em vigência incluindo as possibilidades de recusa, retirada e revisão de consentimento já existente; ● Camadas de permissão personalizadas: permitir que comunidades determinem níveis de acesso (público, restrito, comunitário).
	Dados disponíveis para governança dos povos indígenas	<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir que os povos indígenas tenham acesso aos seus dados e metadados sobre as pessoas, comunidades e suas relações (humanas e não-humanas) em um formato que garanta usabilidade; ● Dar retorno sobre todos os resultados alcançados para as autoridades dos povos indígenas;
	Desenvolver e promulgar protocolos de governança de dados dos povos indígenas	<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir aos povos indígenas controle e propriedade dos dados e seus protocolos; Ex: Representação nos comitês de curadoria; Utilizar estrutura e princípios dos povos indígenas para informar sobre os processos e protocolos de gestão de dados; ● Controle dos povos indígenas sobre como, o quê, quem e onde a pesquisa está sendo conduzida e informações sobre a salvaguarda dos dados; ● Padrões de publicações e autoria requerem documentação sobre o suporte, participação e aprovação dos povos indígenas.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

4.3 Princípio CARE: Responsabilidade

O princípio da responsabilidade enfatiza que os dados e informações indígenas devem ser usados de maneira ética e respeitosa, considerando a relação dos povos indígenas com seus conhecimentos. Os discursos relacionados a este princípio são:

"[...] Está sendo diferente porque estão trazendo essa parte que até então a colonização deixou menor e insignificante". "[...] Agora a gente está estudando a nós mesmos e está sendo muito enriquecedor". (Mariel Kujiboekureu).

"[...] A ciência nos dá essa abertura para conhecermos o mundo e a nós mesmos". (Adriano Boro Makuda).

"[...] A gente passa a conhecer e entender esse universo acadêmico, o conhecimento científico". "[...] Então é um intercâmbio fantástico que eu percebo, que eu vejo". (Idelfonso Boro Kuoda).

Observa-se que os indígenas ressaltam a responsabilidade da universidade e da ciência em reconhecer os impactos históricos da colonização sobre os povos e desenvolver ações que possam minimizar esse contexto. O fato deles poderem estudar a si mesmos e ressignificar

² Disponível em: <https://localcontexts.org/> Acesso em: 30 abr. 2025.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

sua própria história é visto como um avanço na responsabilidade científica e acadêmica. O reconhecimento do valor mútuo entre o conhecimento acadêmico e o tradicional demonstra responsabilidade de ambas as partes na construção de um diálogo respeitoso. Os indígenas se abrem para o entendimento do conhecimento científico na medida em que esse também respeita a lógica dos seus saberes.

Quadro 4 - Princípios CARE e possíveis ações a serem implementadas – Responsabilidade

PRINCÍPIOS CARE	POSSÍVEIS QUESTÕES A SEREM LEVANTADAS PELOS POVOS INDÍGENAS	POSSÍVEIS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS PELA COMUNIDADE ACADÊMICA E DEMAIS ATORES (PESQUISADORES, INSTITUIÇÕES PARCEIRAS)
Responsabilidade	Favorecer formações relacionadas às capacidades e habilidades para infraestruturas e design da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> ● Criar e expandir oportunidades para a capacidade dos povos indígenas: <ul style="list-style-type: none"> ○ metodologias participativas que incluem planejamento e modelagem de sistemas, Ciência Aberta, gestão do conhecimento e desenvolvimento de habilidades para trabalhar com dados, biodiversidade, dentre outros temas; ○ Iniciativas para habilitar os povos indígenas na modelagem, coleta, gestão, armazenamento, segurança, governança, privacidade coletiva e aplicação dos dados;
	Respeito à reciprocidade, confiança e entendimento mútuo junto àqueles que possuem relação com os dados	<ul style="list-style-type: none"> ● Registrar o conhecimento tradicional e bioculturais por meio de rótulos nos metadados; ● Declarações de uso responsável: exigir que usuários reconheçam diretrizes éticas antes de baixar ou reutilizar dados sensíveis; ● Garantir revisões de versões em formato preliminar antes da publicação em definitivo, identificar e mapear dados sensíveis, incluindo questões de privacidade para povos indígenas e demais indivíduos.
	Recursos de geração de dados que contemplem o registro de idiomas, visões de mundo e experiências de vida distintas	<ul style="list-style-type: none"> ● Utilizar os idiomas dos povos indígenas (quando for o caso); ações que afirmam as visões de mundo dos grupos, upload de dados com rótulos apropriados e em formatos acessíveis culturalmente falando: contação de histórias para registro digital, calendário sazonal³, formas de arte visual, dentre outros.
	Compartilhamento de benefícios definidos pelos povos indígenas	<ul style="list-style-type: none"> ● Conduzir pesquisas que são de benefício mútuo, guiadas por consentimento prévio, inclusivo e relevante para as necessidades dos povos indígenas de maneira coletiva e individual.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

4.4 Princípio CARE: Ética

³ Disponível em: https://www.fauna-flora.org/wp-content/uploads/2023/05/FFI_2013_Seasonal-Calendar.pdf
 Acesso em: 30 abr. 2025.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

O princípio da ética exige que os dados indígenas sejam utilizados de maneira justa e respeitosa, assegurando que os conhecimentos tradicionais sejam protegidos e não explorados de forma inadequada. Estabelece que a pesquisa com povos indígenas deve respeitar seus valores, normas e segredos culturais. Isso inclui o direito de definir o que pode ou não ser divulgado, assim como respeitar os limites do conhecimento sagrado. Abaixo, apresentam-se os discursos que demandam este princípio:

"[...] Nós não somos mais tutelados e vejo isso como um grande avanço". "[...] A ciência nos dá essa abertura para conhecermos o mundo e a nós mesmos estarmos cientes daquilo que nós somos". "[...] Quem quiser falar de nós tem de considerar que queremos ver vírgula por vírgula". (Adriano Boro Makuda)

"[...] Entre nossos rituais sagrados, o funeral é o que mais proporciona interesse". "[...] Então, a gente impõe limite sim, porque é totalmente sagrado". (Denilson Tubareceba).

"[...] Por exemplo, o limite, quando a gente vai falar sobre o Jorubo, que é um remédio tradicional, não tem como falar porque senão vai ser uma perda de bem material e espiritual". "[...] O funeral é muito delicado, porque tem a parte que é segredo sagrado". (Lauro Pariko Ekureu).

"[...] A gente passa a perceber e enxergar o valor que isso representa para a continuidade das futuras gerações". "[...] Nem tanto a gente recebe, mas a gente percebe o valor que nós temos". (Idelfonso Boro Kuoda).

Há uma demanda por respeito e ética na forma como o conhecimento indígena é produzido e compartilhado. Ao reivindicar o direito de revisar o que é escrito sobre eles, os indígenas estão exigindo que a ciência abandone práticas colonizadoras e extrativistas, garantindo que suas vozes sejam representadas com integridade. Esse posicionamento reforça a necessidade de diretrizes éticas que respeitem as diversas epistemologias e sua autonomia. Os discursos reforçam a importância de respeitar os saberes que não podem ser amplamente divulgados. A relação entre ciência e espiritualidade é um ponto sensível, e ultrapassar esses limites pode trazer desequilíbrio para a própria comunidade. Isso exige que pesquisas sejam conduzidas com sensibilidade, respeitando os segredos culturais e os critérios internos da comunidade sobre a transmissão do conhecimento.

Quadro 5 - Princípios Care e possíveis ações a serem implementadas - Ética

PRINCÍPIOS CARE	POSSÍVEIS QUESTÕES A SEREM LEVANTADAS PELOS POVOS INDÍGENAS	POSSÍVEIS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS PELA COMUNIDADE ACADÊMICA E DEMAIS ATORES (PESQUISADORES, INSTITUIÇÕES PARCEIRAS)
	Alinhar estrutura ética com os povos indígenas	<ul style="list-style-type: none">● Avaliar e revisar as pesquisas e seus processos envolvidos na gestão de dados, considerando estrutura ética e de revisão definida e que conta com a participação dos povos indígenas;

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Ética	Maximizar benefícios considerando as perspectivas dos povos indígenas	<ul style="list-style-type: none">● Pesquisadores devem:<ul style="list-style-type: none">○ explicar e detalhar os benefícios aos povos indígenas;○ identificar e contribuir com a definição de benefícios dada pelos povos indígenas;○ divulgar potenciais ganhos financeiros e compartilhar benefícios com os povos indígenas provenientes dos resultados de pesquisa e/ou valor econômico dos dados.
	Minimizar danos e riscos a partir da perspectiva dos povos indígenas	<ul style="list-style-type: none">● Utilizar estrutura ética dos povos indígenas; (Código de conduta definido pelos povos indígenas deve existir e estar acessível);● Protocolos de acesso aos dados deve considerar potenciais danos aos povos indígenas por não divulgarem os dados e benefícios com a divulgação;● Garantir a execução de protocolos firmados e em vigência.
	Governança de dados prevendo potenciais usos futuros	<ul style="list-style-type: none">● Aplicar protocolos dos povos indígenas para infraestrutura, metadados e usos secundários;● Utilizar guias de uso e reuso dos dados definidos pelos povos indígenas;● Permitir remoção de dados e/ou solicitações de descarte de datasets agregados;● Implementar mecanismos para registrar e reconhecer a proveniência dos dados;● Proteção de dados sensíveis: ocultar ou restringir acesso a dados que envolvam rituais, medicinas ou outros aspectos sagrados.● Implementar etiquetas Traditional Knowledge (TK) e Biocultural (BC).

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Os discursos indígenas analisados demonstram um alinhamento claro com os princípios CARE, pois enfatizam a importância do controle, da responsabilidade e da ética na produção e disseminação do conhecimento indígena. O Benefício Coletivo aparece na defesa de um conhecimento que retorne às comunidades; a Autoridade para Controlar é reafirmada na reivindicação da autonomia indígena sobre sua própria narrativa; a Responsabilidade se manifesta na crítica ao colonialismo acadêmico e na necessidade de ressignificação dos espaços de ensino; e a Ética surge na exigência de respeito e precisão na forma como os povos indígenas são representados na ciência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, enquanto parte da etapa inicial do projeto de pesquisa apresentado, tinha como objetivo relacionar recortes de discursos indígenas aos princípios CARE e sua aplicação no contexto acadêmico para o processo de registro do conhecimento. Estes discursos

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

forneceram a base concreta e situada para compreender como os princípios se manifestam a partir das vozes e experiências dos próprios povos indígenas.

Reafirma-se como princípio norteador deste trabalho a necessidade de descolonizar metodologias de pesquisas acadêmicas para que possamos desconstruir a colonialidade do conhecimento ocidental e fortalecer modos originários de envolvimento dos povos indígenas reconhecendo que desenvolvem suas próprias formas de existência e resistência, criando outras formas de visão do mundo, também por meio de pesquisas. Para destituí-los apenas da condição de objeto de pesquisa torna-se imprescindível a participação dos indígenas pesquisadores e das metodologias próprias desenvolvidas nas pesquisas realizadas. Os discursos apresentados evidenciam claramente que, para que possamos adotar posturas que afirmem a autoria indígena nos espaços acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão por eles vivenciados torna-se de fundamental importância que os próprios povos elejam as prioridades e formas de registro do conhecimento.

Nesse sentido, é importante considerar que muitas práticas ainda ignoram os contextos culturais dos dados e a inexistência de políticas institucionais que respaldam a implementação plena dos princípios *CARE*, especialmente quando se trata de: diretrizes específicas sobre dados sensíveis indígenas; mecanismos de consentimento coletivo e comunitário que possam normatizar esse processo de forma específica; carência de envolvimento indígena na governança dos dados; e a maioria das plataformas tecnológicas de gestão e armazenamento de informações ainda possuem recursos incipientes e insuficientes para tal demanda.

Destaca-se que, apesar de os princípios *FAIR* serem mencionados no estudo, pois contribuem para melhorar a localização, acessibilidade, interoperabilidade e reutilização de ativos digitais, a profundidade da análise dos discursos desta pesquisa concentra-se nos princípios *CARE*. Sabe-se que os *FAIR* surgem de um contexto ocidental, técnico e científico, e seu uso exige uma postura crítica e ética, para que não reproduzam lógicas coloniais, como o uso dos dados sem retorno às comunidades, a anulação de direitos coletivos, a extração de conhecimento e a exposição de dados sensíveis. Sem uma aplicação crítica, podem reforçar desigualdades. Por isso, requerem atenção à sua origem e ao seu contexto, evitando que tais princípios se tornem instrumentos de perpetuação de assimetrias e disputas por direitos.

O esforço empenhado nesta pesquisa será buscar compreender como os povos indígenas procuram e registram; selecionam e interpretam; organizam, representam e fazem

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

análises e afirmações a partir do que apuram. Afinal, como bem define Smith (2018, p. 30), o processo que empregam pode ser chamado de metodologia e os instrumentos específicos que usam para obter informações podem ser chamados de método, isso é pesquisa. E que tudo “o que tentam fazer está baseado em uma teoria, independentemente de conseguirem ou não identificá-la e falar explicitamente a respeito dela”. Será preciso construirmos paradigmas que permitam uma construção conjunta com povos indígenas e seus saberes, numa perspectiva sustentável, bicultural, multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

GO FAIR. **FAIR principles**. 2023. Disponível em: <https://www.go-fair.org/fair-principles/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

INSTITUTO ESCOLHAS. **Monitoramento do uso dos Conhecimentos Tradicionais: como o Brasil pode avançar nessa agenda?** Sumário executivo. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://escolhas.org/wp-content/uploads/2023/10/Sumario-CTA.pdf> . Acesso em: 05 de Maio 2025.

JENNINGS, L.; ANDERSON, T.; MARTINEZ, A.; STERLING, R.; CHAVEZ, D. D.; GARBA, I.; HUDSON, M.; GARRISON, N’A.; CARROLL, S. R. Applying the ‘CARE Principles for Indigenous Data Governance’ to ecology and biodiversity research. **Nature Ecology & Evolution**, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 1547–1551, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41559-023-02161-2> . Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41559-023-02161-2> . Acesso em: 6 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: UNIC, 2008.

RIBEIRO, Geisa Müller de Campos. **A Produção partilhada do conhecimento na vivência com a comunidade indígena Bororo: princípios para uma Ciência Cidadã**. 2023. 185 f. Tese (Doutorado em Comunicação), Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12959> . Acesso em: 30 abr. 2025.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Trad. Barbosa, Roberto G. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

VISVANATHAN, Shiv. Convite para uma guerra da ciência. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004. Parte IV, Capítulo 33. p. 757 – 776.